

04.abril.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Jornalista José Mário Costa - Ciberdúvidas**

Roberto Moreno – Fundação Geolíngua

Recebidos por: Deputados do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

Assunto: **Acordo Ortográfico**

Exposição: O deputado Carlos Enes (PS), Coordenador do Grupo de Trabalho do Acordo Ortográfico, deu as boas vindas aos presentes e solicitou-lhes que expusessem a sua posição sobre o Acordo Ortográfico (AO) e a sua aplicação.

José Mário Costa (da Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, página da internet, espaço de esclarecimento de todas as dúvidas sobre a língua portuguesa, desde a gramática e léxico até à ortografia, etimologia e história de palavras e expressões) indicou que há mais de 20 anos que trata de questões do Acordo Ortográfico (AO). Salientou depois que há muita imprecisão e inverdades na comunicação social e na opinião pública e que deixará um contributo sobre a matéria e remeterá documentos de outros autores que permitirão esclarecer várias questões.

Quanto à posição do Brasil, referiu que aquele país não adiou a aplicação do AO, apenas determinou o prolongamento até 2015 da substituição das regras de ortografia anterior, que datam de 1943, entendendo que a mesma situação se verifica em Portugal. Esclareceu que o AO está a ser seguido no Brasil desde 2009, com a escrita oficial e os livros escolares, e outros, com a ortografia conforme com o AO.

Em relação às regras do uso do hifen (matéria muito questionada pelos opositores do AO), defendeu que agora estão mais facilitadas, classificadas e sistematizadas.

No que respeita à aplicação do AO em Portugal, informou que dos 10 jornais nacionais mais importantes, apenas 2, que ocupam os últimos lugares em termos de tiragem, não aplicam o Acordo. Salientou que também os canais de televisão (nomeadamente a SIC, RTP e TVI) e os portais informáticos estão a aplicar o AO.

Salientou depois que o AO é um processo de unificação da língua, realçando que a grafia é uma convenção.

Realçou que o vocabulário ortográfico comum (VOC) é um garante de que a norma ortográfica será a mesma nos 8 países da CPLP, com a participação de todos e que avaliará as grafias dos vários países, defendendo que é neste âmbito que se podem proceder a acertos de vocabulário.

Por último, indicou que o VOC sofreu problemas de financiamento dos países, realçando que Angola entregou recentemente um quantitativo para o projeto. Contestou ainda a tese de que o AO não se encontra em vigor na ordem jurídica portuguesa.

Roberto Moreno, da Fundação Geolíngua, deu ênfase à língua portuguesa no seu potencial, entregou um documento com a sua posição (disponibilizado na [página da Comissão, na Internet](#)) e remeteu para a documentação disponibilizada no âmbito da conferência da Academia das Ciências, propondo que se veja o alcance da palavra geolíngua no Google.

Referiu que está contra este AO, mas a favor de um novo, onde se inclua a língua galega, propondo que seja feita a audição de outras entidades. Indicou que o AO beneficia as entidades editoriais. Deu o exemplo de palavras que perderam as letras mudas e contestou a alteração de ortografia. Por último, referiu que a língua e a água são produtos essenciais.

Interveio depois o deputado Luís Fazenda (BE), referindo que o AO tem como objetivo a aproximação das grafias, questionando se as divergências resultantes do mesmo aumentaram ou diminuíram. Salientou ainda que dentro de pouco tempo a AR terá de votar a iniciativa legislativa de cidadãos e as audições que o Grupo de Trabalho está a fazer são importantes para informarem a posição dos Grupos Parlamentares.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) referiu que a situação é muito emocional, sendo difícil o consenso científico e questionou se há uma alteração fonética da língua resultante da queda das letras mudas. Perguntou ainda se há diferenças quando se lê um livro em português e em brasileiro e se os brasileiros têm a mesma dificuldade em relação a livros portugueses.

A deputada Rosa Arezes (PSD) referiu que foi a prorrogação de prazo determinada pelo Brasil que fez retomar a polémica. Citou ainda a posição de Mário Costa em 2010, referindo a importância das ferramentas e questionou se as atuais são suficientes. Em relação à intervenção de Roberto Moreno, pediu maior desenvolvimento em relação à inclusão da língua galega num novo AO.

O deputado Miguel Tiago (PCP) reiterou a importância de se saber quais as divergências e as convergências de grafia resultantes do AO, indicando que os elementos disponíveis levam o PCP a concluir que as divergências aumentaram. Questionou qual a utilidade deste AO e referiu que não sabe bem qual a situação do vocabulário ortográfico comum.

Esclareceu que o PCP não tem uma posição definida, contra ou a favor do AO. Perguntou depois se a permeabilidade sintática é mais favorável à circulação de livros ou não e manifestou-se no sentido de que o AO é elitista, configurando uma diminuição da democraticidade da língua.

Em resposta às questões colocadas, José Mário Costa indicou que o Governo, através do ILTEC, disponibilizou gratuitamente um vocabulário nacional, com mais de 250.000 entradas e o conversor Lince. Esclareceu que o ILTEC contestou o texto em que se referia que havia mais divergências do que convergências, informando que remeteria um documento sobre essa matéria. Defendeu ainda que a queda das consoantes mudas facilita a língua.

Referiu que sempre que há facultatividade ortográfica, vai-se pela tradição. Informou que Angola e Moçambique não têm um dicionário e sem o AO passariam a ter variadas ortografias. Indicou que a ortografia não facilita as questões sintáticas e defendeu que o AO não é elitista, pelo contrário, e que a queda das letras mudas não gera uma alteração fonética. Salientou a importância do AO para aproximar os 2 ramos do português.

Roberto Moreno referiu depois que o português é um cidadão do mundo, resultante da miscigenação de várias raças. Referiu que é difícil generalizar o português e o brasileiro e salientou que quando um português fala rápido é difícil ser percebido pelos brasileiros. Informou que os brasileiros leem bem em português, embora possam não perceber algumas palavras.

Defendeu que o português é o galego 3.0, informando que as diferenças entre o português e o galego são de 7% e entre o português e o brasileiro são de 3%, indicando que isto levaria a uma língua única, incluindo espanhol. Reiterou a indicação da geolíngua, língua da terra, junto com o galego.

A documentação da audição, incluindo os elementos remetidos e a gravação da mesma, está disponibilizada na [página da Comissão, na Internet](#). Poderá igualmente ser consultada a [lista de contributos](#).

Palácio de São Bento, 04 de abril de 2013

A assessora
Teresa Fernandes